



As Humanidades como lugar do ensino do Jornalismo

Autor(es): Peixinho, Ana Teresa

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37832>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-1_8

Accessed : 6-Jan-2016 23:57:17

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

1

O VALOR DAS
HUMANIDADES

NÚMERO 1, 2015
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

AS HUMANIDADES
COMO LUGAR DO ENSINO
DO JORNALISMO

*The Humanities as a place
of Journalism education*

ANA TERESA PEIXINHO

apeixinho71@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Universidade de Coimbra

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-1_8

Recebido em setembro de 2014

Aprovado em janeiro de 2015

Biblos. Número 1, 2015 • 3.^a série

pp. 183-202

RESUMO

Durante décadas, uma considerável parte da discussão sobre o ensino do Jornalismo em Portugal focou-se, sobretudo, em aspetos que diziam respeito, por um lado, à eterna querela entre prática e teoria e, por outro lado, à necessidade de adaptação tecnológica dos *curricula*, a fim de responderem à acelerada mudança das tecnologias da informação e da comunicação.

Neste artigo, defende-se o valor das Humanidades na formação dos jornalistas, atendendo aos desafios que atualmente se colocam à profissão. Ora, uma formação universitária em Jornalismo tem de estar preparada para conseguir precisamente dotar os estudantes de um conjunto de saberes e competências que lhes permitam respeitar as questões éticas e deontológicas inerentes à profissão; perceber que o mundo multicultural, multilinguístico e, sobretudo, multimédia, implica novos desafios éticos e realidades mais complexas que exigem uma estrutura de pensamento mais sólida e, sobretudo, a capacidade de pensar e resolver problemas mais complexos e sensíveis.

Palavras-chave: Educação; Humanidades; Jornalismo; Crises; Academia

ABSTRACT

For decades a considerable part of the discussion of academic courses in journalism in Portugal has been focused, on the one hand, on the eternal quarrel between practice and theory and, on the other hand, on the need for technological adaptation of *curricula* in order to respond to the rapid changes in information and communication technologies.

Given the challenges currently facing the profession, this paper puts the case for the value of the humanities in the training of journalists. An academic education in Journalism must provide students with a skill set and the knowledge that enables them to respond adequately to the ethical and deontological demands of the profession. There must also be an awareness that our multicultural and multilingual multimedia new world brings more complex ethical challenges and requires a more solid structure of thought and, above all, the ability to think and solve more complex and sensitive problems.

Keywords: Education; Humanities; Journalism; Crisis; University

1. JORNALISMO: UMA FORMAÇÃO RECENTE

O jornalismo foi, durante décadas, uma profissão para a qual não existia nenhuma preparação específica, do ponto de vista acadêmico, integrando indivíduos com certas apetências, um gosto e curiosidade particulares pela escrita ou, mais comum ainda, com ensejos de promoção e de autopromoção social e política. Embora, social e culturalmente, o século XIX europeu tenha assistido à gênese da profissão, ela não era reconhecida como tal, pelo menos na Europa: em 1842, Edouard Charton¹, no seu *Dictionnaire des Professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte 1995: 13). Se folhearmos a primeira edição da obra, verificamos que não existe nenhuma entrada com a profissão de “Jornalista”, sendo esta sumariamente descrita no verbete “Homens de Letras” (Charton 1842). As caricaturas que Eça de Queirós constrói das redações da época e dos próprios jornalistas são reveladoras quanto à imagem das baixas qualificações dos profissionais da imprensa, aspeto, aliás, glosado pela literatura europeia oitocentista que projetou uma imagem bastante disfórica da profissão².

Em Portugal, o fenómeno de qualificação da profissão é bastante tardio, em parte devido aos quarenta anos de ditadura, em que se dispensavam jornalistas bem formados; tanto o fascismo italiano quanto o espanhol geraram as suas próprias escolas de Jornalismo (Teixeira 2010: 18) e é bem conhecido o aproveitamento que o Estado Novo de Oliveira Salazar fez da imprensa, como forma de propaganda, bem como a perceção que teve da sua importância no quadro político-social. Apesar disso, sabe-se que “do 1.º Boletim do Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa (1926) já constava a proposta de criação de uma

¹ Edouard Charton foi também jornalista e, no ano em que publicou esta obra, era *Redacteur en Chef* do *Magasin Pittoresque*.

² Desde Balzac a Zola, passando por Stendhal ou Victor Hugo, todos viviam uma situação ambivalente em que experimentavam um sentimento dual em relação à imprensa. Recorde-se o célebre texto de Balzac, *Monographie de la Presse Parisienne*, de 1843, ou mesmo os artigos de Stendhal publicados nas revistas inglesas, promovendo uma radioscopia da imprensa francesa (Peixinho 2011).

Escola Superior de Jornalismo” e que, em 1941, “o Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional de Jornalistas entregou ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional um ofício dirigido ao Ministro da tutela que continha um projeto de um Curso de Formação Jornalística (...)” (Correia s. d.: 2).

Nas conclusões de um projeto de investigação sobre a teorização do Jornalismo em Portugal, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Jorge Pedro Sousa analisa as contribuições dadas para o debate sobre o ensino do Jornalismo em Portugal, desde o fim do século XIX, até ao início da década de 80 do século XX. Um dos aspetos salientados neste estudo é precisamente a resistência à formação superior específica na área, na primeira metade do século passado, aspeto que o autor insiste persistir no seio do Sindicato dos Jornalistas:

Vários dos jornalistas portugueses que recusavam a necessidade de ensino superior do jornalismo defendiam que este não seria necessário porque o exercício da profissão dependeria dos dotes de cada indivíduo e não da aprendizagem a que fosse sujeito um candidato ao exercício da profissão. (Sousa 2009: 29).

Só no fim da década de setenta do século passado, o jornalismo entra nos *curricula* universitários portugueses³, não sem grande polémica: de um lado, os defensores da “tarimba” como a melhor escola — modelo que, aliás, persistiu durante muito tempo e duvidamos que esteja totalmente ultrapassado; de outro, aqueles que acreditavam, entendendo ser o jornalismo das poucas profissões intelectuais que se exercia sem preparação académica superior, que esta seria importante para a dignificação e autonomia da profissão e para a sua requalificação. Segundo Mário Mesquita, em 1992, o Sindicato dos Jornalistas criticava os cursos universitários à data existentes no país, considerando-os demasiado teóricos e desligados da atividade profissional. Contudo, é interessante verificar que uma das objeções levantadas refere-se à “insuficiência de

³ O primeiro curso universitário de Jornalismo — ou seja aquele que assume o nome da profissão no seu título — data de 1993 e foi criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

disciplinas de caráter formativo e cultural” (*apud* Mesquita 1994: 91). O autor deste estudo defende, nas conclusões, duas ideias que gostaríamos de chamar à colação: i) a de que os cursos universitários de Jornalismo carregavam a sua solidez precisamente na matriz humanística que lhes deu origem; ii) a de que a Universidade é o lugar adequado à formação de jornalistas, garantindo a preparação humanística dos futuros jornalistas (Mesquita 1994: 94-95).

Em 2010, a UNESCO publicou um modelo curricular para o ensino do Jornalismo, no qual trabalhou uma equipa de quatro especialistas deste organismo, apoiada pelo parecer de vinte professores de jornalismo, de mérito reconhecido. Admitindo a importância vital do Jornalismo nas sociedades atuais, nomeadamente na revitalização, manutenção e requalificação das democracias ocidentais, entendem os autores deste guia que um bom ensino de Jornalismo será um pilar fundamental para a “sustentação de princípios essenciais para o desenvolvimento de cada país” (AA.VV. 2010: 5). Na verdade, uma sociedade democrática e livre só existe se fundada em pessoas informadas e esclarecidas — o que pressupõe sólidas estruturas formativas e educacionais — e conduzidas pela mediação dos jornais, o que transfere para o jornalismo enormes responsabilidades; tornando o real legível aos cidadãos, explicando-o e problematizando-o, os jornalistas contribuem para que as pessoas possam ser livres e possam tomar em consciência decisões sobre a sua vida e a vida do país: “A finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que estes empregam, mas pela função que as notícias desempenham na vida das pessoas” (Kovach, Rosenstiel 2004: 15).

Durante décadas, uma considerável parte da discussão sobre o ensino do Jornalismo em Portugal focou-se, sobretudo, em aspetos que diziam respeito, por um lado, à eterna querela entre prática e teoria e, por outro lado, à necessidade de adaptação tecnológica dos *curricula*, a fim de responderem à acelerada mudança das tecnologias da informação e da comunicação. Na nossa opinião, ambas as questões merecem uma análise cuidada e bem mais circunstanciada, pois parecem fundar-se em equívocos que algumas vezes, de reconhecido mérito e prestígio do mundo académico, têm tentado dirimir (Correia s. d.; Fidalgo s. d.). Além do mais, cremos que limitar a discussão em torno destes dois tópicos contorna a reconhecida complexidade do Jornalismo,

entendido nas suas vertentes profissional e deontológica, ética, comunicacional e estilístico-técnica⁴.

Em 2012, a convite da Escuela de Periodismo do *El País*, tivemos oportunidade de proferir uma conferência sobre os novos estímulos que o ensino do Jornalismo enfrenta face aos novos desafios da profissão que, com maior exposição pública do que outras, é profundamente afetada pelas aceleradas e frequentes mudanças do mundo em que vivemos. Nessa ocasião, tivemos oportunidade de conhecer a fundo o modelo de ensino do Jornalismo adotado por esta escola, que vive fundada numa parceria entre o conhecido diário espanhol e a Universidade Autónoma de Madrid, articulando o saber académico com a necessária imersão em ambiente de redação. Note-se, contudo, que este é um curso de ensino pós-graduado, integrando candidatos já licenciados nas mais diversas áreas.

Esta é, aliás, uma discussão que, não cabendo no âmbito deste artigo, mereceria uma reflexão aprofundada: será a formação universitária em Jornalismo adequada a graus de licenciatura? Não almejamos dar, neste breve texto, uma resposta conclusiva a esta questão, inclusive porque são mais as dúvidas do que as certezas. Contudo, comungamos da ideia de que, para se ser jornalista, não deve ser exigível uma licenciatura específica da área. A OBERCOM, em 2010, produziu um relatório sobre os desafios do Jornalismo, fundado num conjunto de 212 entrevistas a jornalistas dos mais diversos órgãos de comunicação social. É interessante verificar que 58% dos inquiridos concorda com a exigência de formação superior para acesso à profissão mas, quando questionados sobre a especificidade dessa formação, 45,3% entende que ela não tem necessariamente de ser em Jornalismo (Obercom 2010: 12-14).

⁴ “Se a centralidade dos *media* na vida pública contemporânea lhes conferiu poder, deu-lhes, do mesmo modo, visibilidade e exposição. Neste contexto, o jornalismo e os jornalistas, de “simples” promotores e mediadores do debate público, passaram a fazer parte do centro do debate. As formas de seleção e produção de informação, as práticas, os valores e as ideologias do jornalismo são hoje objeto de um questionamento social, estimulado, entre outros, pelo debate público, socioprofissional e por uma reflexão desenvolvida nas universidades e nas escolas de jornalismo” (Camponez 2004: 1).

2. AS CRISES DO JORNALISMO

O que ensinar a futuros jornalistas, num mundo em aceleração vertiginosa e no quadro de uma perigosa desprofissionalização? Como entender hoje o Jornalismo, como atividade matricial e estruturante da democracia, num mundo ocidental em rutura? Que devem os cursos de Jornalismo ensinar aos jovens estudantes? Como conciliar os princípios e valores de um ensino de qualidade com as exigências, de ética e gosto duvidáveis, que os potenciais empregadores — leia-se, as empresas de *media* — impõem a quem ingressa no mercado de trabalho? Como nos devemos preparar para a constante mudança tecnológica que se impõe a tantas áreas da vida social, entre elas ao Jornalismo?

Estas questões têm inquietado professores de Jornalismo um pouco por todo o mundo ocidental, que se interrogam sobre que ensino para o jornalismo da era digital. Pesem embora as divergências de opinião, há um aspeto que reúne algum consenso: o futuro da educação para o jornalismo está vinculado ao futuro do jornalismo, pois sem uma preparação sólida e inovadora, este será cada vez mais frágil, correndo sérios riscos de se descaracterizar e perder a sua utilidade social, cívica e política: “The future of journalism education is linked to the future of journalism itself. Each is caught within the other’s vortex, both spinning within today’s turmoil of change”, afirma Howard Finberg, num discurso proferido em 2012 no European Journalism Center (Finberg 2012).

Numa obra relativamente recente, *Informing the News*, o professor da Harvard Kennedy School, Thomas Patterson, dedicando-se a esta temática, defende que são sobretudo as lacunas de conhecimento dos jornalistas as responsáveis pela sua vulnerabilidade às fontes, tornando-os incapazes de formar e esclarecer a opinião pública. O autor é muito claro, quando comenta que o problema da educação e da formação de jornalistas é absolutamente prioritário e tem obrigatoriamente de preparar os profissionais para um mundo complexo, rápido, fugaz, com excesso de informação e de ruído (Patterson 2013).

Enquanto atividade profissional e área sociocultural, o Jornalismo não escapa à abrangência da crise das sociedades ocidentais contemporâneas, sendo ele um campo marcado por problemas de variada ordem, não só internos mas também e, seguramente, por tensões externas que dilaceram o seu campo socioprofissional. Crise de legitimidade profissional, dramática

para os profissionais que têm de encarar despedimentos, precariedade ou submissões diversas, muitas vezes violentando a sua independência e liberdade, valores matriciais à sua prática profissional; crise de leitura; crise ético-deontológica, traduzida em subversões nos critérios de seleção e tratamento da informação; crise de estratégias e práticas editoriais⁵.

Estas são algumas das consequências decorrentes da “ditadura” de mercado que domina o Jornalismo, bem como das mudanças demasiado rápidas provocadas pelo desenvolvimento dos chamados novos *media* — que de novos já têm pouco — que trouxeram consigo diferentes modelos de construção do sentido, de narrativa, novas formas de mediação e, conseqüentemente, novos paradigmas de escrita e de leitura, novos modelos de sociedade e de espaço público.

Já em 2008, Manuel Pinto fez uma radiografia bastante bem circunstanciada da crise plural que atravessa o campo jornalístico na atualidade, explicando como quer a formação de grandes oligopólios mediáticos, quer a dinâmica da rentabilização, que presidem à lógica de mercado, tiveram consequências imediatas a dois níveis: por um lado, o desinvestimento nas redações, de onde foram afastados os jornalistas mais experientes, por outro, a aposta numa informação capaz de seduzir o público, mas que passou necessariamente pela tabloidização (Pinto 2008: 10-11). Aquilo a que os canadianos Jean Charron e Jean Bonville (Charron, Bonville 2004) chamaram de *hiperconcorrência*, conceito segundo o qual o centro gravitacional dos *media*, no tempo presente, é a disputa pela conquista de públicos, através de procedimentos de sedução, muito mais próximos de lógicas de entretenimento hollywoodescas do que de estratégias estruturantes da informação. A necessidade febril de conquistar leitores e espectadores levou o jornalismo à adoção de um conjunto de estratégias, também nada inovadoras⁶, mas que se vislumbram como receitas propícias a

⁵ Sobre a crise plural do Jornalismo, remetemos para Camponez 2004 e Figueira 2012.

⁶ Entendemos que a necessidade de conquistar públicos e de se constituírem como negócios rentáveis teve origem já em pleno século XIX, quando da emergência da imprensa industrial. Recordamos que quer o *La Presse* de Girardin, em 1836, quanto o *Petit Journal* de Millaud, em 1863, passando pelo português *Diário de Notícias*, em 1865, conseguiram impor-se como

captar a empatia dos públicos: aquilo que, no fundo, Mário Mesquita apelidou, há já uma década, de jornalismo hiperbólico (Mesquita 2003: 53-58)⁷.

Parece, portanto, que a crise no jornalismo é algo que se vem desenhando há décadas e que tem inquietado profissionais, que sofrem diretamente as suas consequências, e académicos, com responsabilidades na formação e preparação de futuros profissionais. Em 2012, numa conferência na Universidade de Coimbra, Juan Luís Cebrián constatou que a situação atual é muito mais grave do que se poderia supor e ultrapassa largamente uma mera crise conjuntural: a imprensa encontra-se perante uma mudança radical de paradigma que inverteu a ordem dos valores e a própria perceção da realidade⁸. Para o autor, o principal detonador desta revolução é a internet e aquilo que com ela se alterou profundamente nas nossas vidas, no nosso modo de pensar, na forma como construímos relações com os outros e, sobretudo, nos processos de mediação. Já em 1998, antes da viragem do milénio, Deni Elliott explicava a crise do Jornalismo como um “confronto de paradigmas” em que os valores de objetividade eram atropelados pela velocidade da informação (*apud* Mesquita 2003: 55).

Na linha do pensamento de Marshall McLuhan, segundo o qual os meios não se limitam a transmitir informação, mas condicionam-na fortemente, ideia imortalizada na célebre frase “the *medium* is the message”, autores posteriores consideram que a introdução dos meios digitais de comunicação constitui uma rutura muito significativa nos processos pessoais e sociais de aprendizagem e de aculturação. Num conhecido artigo publicado em 2008, na revista norte-americana *The Atlantic*, Nicholas Carr — “Is Google making us stupid?” — enuncia

modelos de negócio, ao inaugurarem um conjunto de iniciativas de sedução dos públicos. A este respeito veja-se: Balle 1997; Delporte 1999).

⁷ Num artigo precisamente intitulado “Rumos do Jornalismo na Era da hipérbole”, Mário Mesquita afirma, parafraseando uma expressão de Daniel Dayan: “O jornalismo português passou, no final do séc. xx, de armas e bagagens, para o lado da hipérbole” (Mesquita 2003: 53).

⁸ “La prensa, como espina dorsal de las democracias, se encuentra ahora en medio de una lucha de supervivencia. No se trata, como en otras ocasiones, de que padezcamos una crisis coyuntural o de la necesidad de acoplarnos a los nuevos tiempos y servirnos de las nuevas técnicas. Nos encontramos ante un cambio de paradigma que ha trastocado el orden de los valores y el entendimiento de la realidad.” (Cebrián 2015: 248-249).

com clareza que o acesso fácil e ilimitado — *everywhere anytime* — à informação, potenciado pelos motores de busca na *net*, não se traduz necessariamente numa formação cultural e humanística mais sólida mas que implica, sobretudo na geração dos *digital natives*, novos modos de construir o pensamento:

And what the Net seems to be doing is chipping away my capacity for concentration and contemplation. My mind now expects to take in information the way the Net distributes it: in a swiftly moving stream of particles. Once I was a scuba diver in the sea of words. Now I zip along the surface like a guy on a Jet Ski.

(Carr 2008: 1)

Sem entrarmos, por ora, num debate entre apocalípticos e integrados, a primeira grande constatação que, em nosso ver, ajuda a explicar a crise do jornalismo é precisamente a profunda mutação da mediação carreada pelo mundo digital. E, neste sentido, concordamos com Cebrián, quando afirma que, pesem embora os incontestáveis benefícios da nova sociedade da informação, é preciso estarmos vigilantes, obrigando-nos a projetar, de modo consciente e sem efabulações, a capacidade das instituições, dos líderes e dos nossos referentes sociais para controlar e dirigir a mudança que se está a produzir a uma velocidade vertiginosa (Cebrián 2015).

Um estudo de David Weaver de 2007, sintetiza em cinco pontos as principais ameaças à autonomia do jornalismo: a) A transformação da notícia num produto comercial; b) A lógica capitalista e neoliberal inerente às empresas dos *media*; c) A promiscuidade entre as redações e o negócio das organizações dos *media*; d) O tratamento sensacionalista dos escândalos; e) As novas tecnologias (Weaver et alii 2007: 71-73).

Estes fatores permitem traçar as linhas gerais da crise do jornalismo contemporâneo que pode ser resumida em dois níveis distintos: por um lado, a sobreposição da lógica comercial, em detrimento do interesse público; por outro lado, o esmagador domínio da *web* que traz consigo consequências a vários níveis. O contexto marcado pela concorrência mediática e pelo excesso de circulação de mensagens e informação conduziu os *media* noticiosos

e os jornalistas a uma excessiva preocupação com os seus públicos, leitores e consumidores que interessa conquistar a qualquer preço.

A lógica comunicacional é hoje dominada pela cultura da espetacularidade, em que a sobremediatização dos acontecimentos e a dificuldade em os apresentar em perspetiva e profundidade constituem sinais marcantes e preocupantes do exercício atual da informação noticiosa, diagnóstica João Figueira (Figueira 2012). Gradualmente, o leitor foi-se acostumando a ler rapidamente, a captar apenas a espuma dos dias — para recuperar o expressivo título de Boris Vian —, apreendendo a realidade de um modo perigosamente simplista e precipitado. Num mundo em que o excesso de informação se torna um produto tóxico, “o que importa saber é se é bom para a formação de uma pessoa ela receber doses de informação em massa desde a mais tenra idade e isso continuar pela vida fora. Não determinará este tipo de educação uma personalidade que não é capaz de se concentrar e de aprofundar um problema?” — interroga-se José de Faria-Costa (Faria-Costa 2013). “A função crítica do jornalismo viu-se em muitos casos distorcida pela frivolidade e pela fome de diversão da cultura dominante”, afirma Vargas Llosa em *A Civilização do Espetáculo* (Vargas Llosa 2011: 130). O valor supremo da informação passou a ser o entretenimento, em que se valoriza o escândalo, o espetáculo, o curioso, em que as fronteiras do público e do privado se esbateram totalmente.

3. A TIRANIA TECNOLÓGICA

Se esta subversão é decorrente das pressões concorrenciais que submetem jornalistas e redações, é também em parte muito facilitada pelo desenvolvimento do jornalismo na *web*, sobretudo desde o advento da *web 2.0*, e pela quase anulação do jornalista como mediador, em função do que circula em blogs e redes sociais⁹. Desde a década de 90 do século passado, a presença das tec-

⁹ As estatísticas são muito expressivas e, até certo ponto, assustadoras: em 2013, mais de 50% dos cidadãos norte-americanos informava-se através do Google News; 93% das pesquisas

nologias impôs-se nas nossas vidas e no jornalismo: informação em excesso e demasiado veloz; disputa pelo mercado e hiperconcorrência entre as empresas jornalísticas, que se têm unido para formar conglomerados de comunicação; a produção da notícia para diversos interfaces em ambiente de convergência.

Desde o seu aparecimento que os novos *media* são vistos por alguns como ferramentas que podem melhorar e permitir uma maior participação dos cidadãos na vida pública. A eles se atribui, inclusive, a capacidade de responder aos requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática. Alguns autores que se debruçaram sobre este novo “ecossistema dos novos *media*”, para usarmos a feliz expressão de Canavilhas (Canavilhas 2010), destacaram o papel da web 2.0, precisamente como um espaço público; outros, porém, tentam centrar a essência do novo modelo na participação do público (Hirst 2011). Um fenómeno relativamente recente que decorre desta abertura é precisamente a criação do ‘jornalismo do cidadão’¹⁰, epíteto que nos merece, desde logo, as maiores reservas: os utentes, através de wikis, tweets, blogs, redes sociais, enviam textos e fotos, partilham informações, debitam opiniões. Ora, este caudal informativo, além de ser muitas vezes aproveitado pelos jornalistas, é não menos vezes solicitado e encorajado pelos *media* — desde jornais digitais a cadeias de televisão.

online na Europa eram feitas no Google; o Facebook tinha oitocentos milhões de usuários, aproximadamente o mesmo número do Twitter; o Google criou uma plataforma de publicidade dominante, permitindo que 90% das suas receitas adviessem da publicidade; existiam 200 milhões de blogs no mundo ocidental; enviavam-se 350 mil milhões de emails por dia; existiam mil milhões de smartphones e 150 milhões de tablets.

¹⁰ Não nos alongaremos nesta discussão, que abriria espaço para um outro artigo, mas cumpre explicar que este fenómeno — que tem tido diversas denominações — é fraturante na comunidade de jornalistas e académicos. Dan Gilmor, colunista norte-americano, na obra sintomaticamente intitulada *We The Media*, defende, recorrendo a casos da atualidade, as capacidades deste jornalismo construído pelos cidadãos anónimos. Há, contudo, inúmeros jornalistas e académicos para quem esta prática tem forçosamente de se distinguir do jornalismo, atividade profissional, enquadrada por princípios éticos e deontológicos, exigindo formação específica e apropriada. A este respeito, veja-se a opinião de Madalena Oliveira, numa tese de doutoramento já publicada: “ainda que contribuindo para o alargamento dos canais de informação, o chamado jornalismo do cidadão parece contribuir ao mesmo tempo para a insustentável confusão entre informação importante e informação interessante” (Oliveira 2010: 189).

O que permanece, no entanto, como questão central é que papel deve o Jornalismo desempenhar nesta nova sociedade e organização de ecossistemas, em que a informação deixou, aparentemente, de ser fechada, controlada e construída por grupos profissionais. Como Dominique Wolton descrevera, no final do século xx, “de repente, desliza-se facilmente da ideia de liberdade devida à ausência de intermediários, para a ideologia da imediatez. Tudo é público e imediato” (Wolton 1999: 183). Quererá isto dizer que o jornalismo é uma atividade em extinção? Deixarão as sociedades de necessitar do jornalista como mediador e descodificador do real? Bastará para a nossa formação de cidadãos livres e autónomos a informação rápida que corre pelas redes sociais e é partilhada, desenvolvida e anunciada pelos “amigos” do FB?

Vivemos, de facto, um tempo paradoxal: mais leitores (no sentido amplo do termo) mas menos receitas publicitárias; mais escreventes mas menos jornalismo; mais informação mas menos significado; mais oportunidades mas menos previsibilidade. Temos mais dúvidas do que certezas; mais perguntas do que respostas. Para que serve o Jornalismo? A quem serve o Jornalismo? Que é um jornalista? O que é uma notícia? Como chegar às comunidades? Quem são elas e onde se encontram? A lista de perguntas é interminável e de difícil resposta. Contudo, quem pensa o ensino do Jornalismo tem obrigatoriamente de as enfrentar e sobre elas refletir.

4. O VALOR DO ENSINO DO JORNALISMO

Hoje, mais do que nunca, a Universidade tem uma missão vital e de suma importância na formação dos jornalistas. Em 2010, na revista *Les Cahiers de Journalisme*, Mitchell Stephens, professor de Jornalismo na Universidade de Nova Iorque, publicou um artigo, em forma de manifesto, em que reivindica, de forma sustentada e circunstanciada, uma urgente e radical alteração das práticas e dos conteúdos dos *curricula* universitários de Jornalismo. Na opinião deste académico, os desafios da contemporaneidade não se compadecem com a perpetuação de fórmulas de ensino gastas, fechadas e simplistas, que se eternizam, alimentando-se de ensinamentos básicos e excessivamente centrados no campo do saber fazer jornalístico. Num contexto de enormes e rápidas mudanças, o mundo académico deve repensar

o modo de formar jornalistas, abrindo-lhes horizontes, ousando ir mais além e possibilitando o contacto dos jovens universitários com novas formas de reportar, com estilos de texto e de escrita mais complexos (Stephens 2010: 38-46). Esta abordagem parece-nos bastante desafiante, inclusive porque o ensino do Jornalismo, tal como o de outras profissões e atividades de utilidade social, não pode, de modo algum, tornar-se refém da constante mudança, da volatilidade, da tirania do tempo. A reflexão exigida para quem estrutura um curso universitário — seja ele de que área for — não se compatibiliza com a aceleração das mudanças tecnológicas que têm afetado profundamente a profissão.

Neste sentido, e inspirando-nos na exortação de Stephens, pretendemos sustentar a ideia de que ensinar Jornalismo, sobretudo quando no contexto de uma formação universitária, implica necessariamente a oferta de uma formação tão vasta quanto possível, que assente sobretudo num conhecimento das áreas fundadoras das Ciências Sociais e Humanas.

Sustentamos esta tese em três ordens de razões fundamentais, para já enunciadas de forma sintética: uma ordem histórica, que permite problematizar as relações entre jornalismo e sociedade à luz da história das origens da profissão; uma ordem a que chamaremos de discursiva, que nos conduzirá à reflexão sobre a especificidade do jornalismo como discurso, como construção textual e como linguagem; e uma ordem cultural que permite entender o jornalismo, mais do que prática profissional específica, como uma importante dimensão das sociedades contemporâneas e dos seus processos de construção política e societal. Na nossa opinião, há um conjunto de áreas científicas, matriciais nas Ciências Sociais e Humanas, que devem presidir à construção de uma sólida formação universitária dos futuros jornalistas, tornando-se o sustentáculo e a base do saber técnico: a Língua, a Filosofia, a História, a Sociologia, a Literatura, o Direito, a Antropologia, a Economia. Não significa esta constatação que se remeta necessariamente para uma visão passadista ou desatualizada, nem que se opte pela radical dicotomia da teoria *versus* prática, menosprezando o ensino prático ou a importância das tecnologias. Pelo contrário: cremos que um conhecimento destas áreas é incontornável para a formação de base de um profissional que tem como missão moldar a opinião pública, textualizar o real e transformar a sua complexidade em discursos apreensíveis pelos públicos.

Partindo do conhecimento dos *currícula* dos cursos universitários de Jornalismo, tentaremos problematizar a importância crucial das Humanidades para a formação superior dos jornalistas, sobretudo num tempo de indefinições, em que certos grupos sociais, por vezes com grandes responsabilidades, tentam fazer passar a mensagem, perversa em nosso entender, de que o aparato técnico dos *currícula* e as capacidades tecnológicas são as condições indispensáveis para uma formação atualizada, global e digna do século XXI. No que diz respeito especificamente às tecnologias, concordamos com Moisés de Lemos Martins que defende que “elas não garantem, por si só, novas práticas sociais. Não é a questão técnica que é decisiva, e sim a questão cultural” (Martins 2010: 12). Opinião similar tem António Fidalgo, professor de Comunicação na Universidade da Beira Interior, para quem “a melhor maneira de aproveitar as tremendas possibilidades abertas pelo novo meio é alicerçar o gosto pela experimentação no repositório de um sólido saber já constituído, nomeadamente cultural e humanístico” (Fidalgo s. d.: 7). Renunciando ao deslumbramento tecnológico, segundo o qual as sociedades evoluem carreadas pelas descobertas e inovações tecnológicas, cremos que refletir sobre as funções do Jornalismo nas sociedades atuais implica necessariamente uma reflexão aprofundada sobre a complexidade do mundo e dessas mesmas sociedades, pelo que seria redutor acantonar esse pensamento numa mera ilusão técnica ou tecnológica.

Entendendo que o saber técnico, o *saber fazer*, se assimila de modo mais rápido e deve, naturalmente, ser entendido sobretudo como uma ferramenta, acreditamos que saber pensar, refletir criticamente, perceber a complexidade do mundo que somos e que construímos, são componentes intelectuais fulcrais na formação universitária dos futuros jornalistas, exigindo um processo educativo e de formação muito mais moroso e difícil do que a primeira, mas imprescindível, sob pena de a profissão se descredibilizar ou descaracterizar a ponto de perder a identidade conquistada ao longo de décadas. No que a este aspeto diz respeito, recorreremos novamente às palavras de Fidalgo:

Em contacto intensivo com as técnicas os alunos dão-se conta de que estas se aprendem num relativo espaço de tempo, mas que o difícil é a componente intelectual, criativa. É neste momento que retornam à componente

teórica do curso e, talvez pela primeira vez, a encaram como um elemento imprescindível na sua formação, como iluminadora do que é prático, apercebendo-se que qualquer prática assenta numa teoria.

(Fidalgo s. d.: 8)

Perante os desafios que, nos dias de hoje, se colocam aos *media* e aos seus profissionais, estamos convictos de que é este o caminho para a formação de jornalistas mais cultos, mais qualificados, mais criativos, capazes de gerir a complexa grelha de códigos que enforma a realidade, por um lado, e, por outro, oferecer resistência aos espartilhos económicos, mercantis e políticos impostos à profissão, num mercado hiperconcorrencial e em crise. Mais: num tempo em que é preciso decidir bem e mais depressa, isso quer dizer que só os que tiverem uma preparação consistente, sólida e segura vão ser capazes de responder a essas exigências.

O movimento *slow media*, criado em janeiro de 2010 na Alemanha, sustenta que o jornalismo “é uma profissão que precisa de tempo”, quando o seu exercício atual se resume em correr mais depressa que o respetivo concorrente. Tal “vertigem de imediatismo” está a arruinar a profissão, uma vez que se incentiva a velocidade e a profusão de notícias, em detrimento da sua seleção cuidada e de um tratamento qualificado da informação. Sem tempo para pensar nem confirmar e muito menos para aprofundar e colocar em perspetiva os textos que escreve, o jornalista limita-se a produzir em série, estando, assim, à mercê das fontes mais bem apetrechadas e que, sabedoras dos constrangimentos organizacionais das empresas jornalísticas, conseguem dominar e influenciar a agenda informativa.

No manifesto deste movimento, publicado online, são discriminados catorze pontos fundamentais que apontam precisamente para a urgência desta viragem. Deles realçamos sobretudo três: a aposta na complexidade discursiva, investindo no dialogismo narrativo; o investimento na qualidade e na credibilidade, fundadas no respeito pelos leitores; o uso das novas tecnologias como instrumentos e não como um fim em si. No fundo, este movimento pretende devolver ao jornalismo as bases matriciais que o sustentaram durante quase dois séculos, humanizando-o: espaço discursivo de mediação, essencial para a construção de um espaço público democrático, multicultural, livre e diverso.

Ora, uma formação universitária em Jornalismo tem de estar preparada para conseguir precisamente este equilíbrio: dotar os estudantes de um conjunto de saberes e competências que lhes permitam respeitar as questões éticas e deontológicas inerentes à profissão; perceber que o mundo multicultural, multilinguístico e, sobretudo, multimédia implica novos desafios éticos e realidades mais complexas que exigem uma estrutura de pensamento mais sólida e, sobretudo, a capacidade de pensar e resolver problemas mais complexos e sensíveis.

Numa tese de doutoramento recente, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Pedro Coelho ambiciona propor um modelo de formação académica para os jornalistas do século XXI. No seu último capítulo, sugere mesmo um leque de unidades curriculares que, em sua opinião, serviriam da melhor forma possível essa formação, contemplando áreas como a Literatura, a História Contemporânea, os Estudos Narrativos. Embora nos pareça que o modelo proposto tem fragilidades, obliterando, por exemplo, um domínio fundamental como o domínio da língua, julgamos ser relevante a importância conferida a algumas áreas das Ciências Humanas (Coelho 2013: 492-514).

Só uma formação caleidoscópica, capaz de suscitar quadros de pensamento interdisciplinares, se adequa aos novos problemas com que se confronta a profissão no mundo atual. Se ensinarmos o Jornalismo como um conjunto de ferramentas, ele não passará disso mesmo: uma ferramenta. Se circunscrevermos o ensino do Jornalismo às Ciências da Comunicação, ele deixará de ser uma atividade de leitura e mediação do mundo, para passar a ser uma atividade de autoanálise permanente. Ora, o Jornalismo é ou deve ser uma atividade intelectual — condicente com o que foi na sua origem oitocentista — que acompanha crítica e analiticamente as sociedades e os povos. A cultura geral, o domínio da língua, o pensamento abstrato, a capacidade para ler e decifrar dados, o conhecimento dos grandes movimentos políticos e sociais do mundo, o domínio das fronteiras geopolíticas são valências que só uma formação heterogénea e solidamente fundada nos saberes matriciais das Humanidades conseguirá carrear.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2010). *Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo*. Brasília: UNESCO.
- Balle, Francis (1997). *Médias et Sociétés. De Gutenberg à Internet*. 8.ªed. Paris : Monchrétien.
- Camponez, Carlos (2004). “A crise do Jornalismo face aos novos desafios da comunicação pública”, in *Atas do V congresso português de sociologia*. 1-18 http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR46151be427116_1.pdf (consultado em 17/09/2014).
- Canavilhas, João (2010). “O novo ecossistema mediático”, www.bocc.ubi.pt (consultado em 17/09/14).
- Carr, Nicholas (2008). “Is Google Making Us Stupid? What the Internet is doing to our brains”, *The Atlantic*, 1/07/08.
- Cebrián, Juan-Luís (2015). “Redes sociais y periodismo: las puertas, de par en par”, in Peixinho, Ana Teresa, Camponez, Carlos, Vargues, Isabel Nobre, Figueira, João, orgs., *20 Anos de Jornalismo Contra a Indiferença*. Coimbra: IUC, 247-256.
- Charron, Jean; Bonville, Jean, (2004). “Le Journalisme et le marché: de la concurrence à l’hiperconcurrency”, Brin, Collette, et alii, *Nature et Transformation du Journalisme. Théories et Recherches empiriques*. Laval: Les Presses Universitaires de Laval, 292-293.
- Charton, Édouard, dir., (1842). *Guide pour le choix d’un état ou Dictionnaire des Professions*. Paris: Librairie Lenormant.
- Coelho, Pedro (2013). *A Formação Académica para o Jornalismo do Século XXI: sobre questões de prática e técnica. Jornalismo e mercado. Os novos desafios colocados à formação*. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa [tese de doutoramento em Ciências da Comunicação].
- Correia, João Carlos (s. d.). “O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas”, <http://www.bocc.ubi.pt> (consultado em 12/09/2014).
- Delporte, Christian (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. Paris: PUF.
- Delporte, Christian (1999). *Les journalistes en France 1880-1950. Naissance et construction d’une profession*. Paris: Seuil.
- Faria-Costa, José de (2013). “XI. (Ou a infobesidade e as novas gerações)”, *IOL*, 30/01/13.
- Fidalgo, António (s. d.). “O ensino do jornalismo no e para o século XXI”, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf> (consultado em 12/09/2014).
- Figueira, João (2012). “A pegada jornalística na paisagem mediática”, in Sá, Alexandre F., Peixinho, Ana T., Camponez, Carlos, orgs., *Aprofundar a Crise: olhares multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 193-212.

- Finberg, Howard (2012). “The Future of Journalism Education. A Personal Perspective”, <http://www.knightfoundation.org/press-room/speech/journalism-education-reform-how-far-should-it-go/> (consultado em 12/09/2014).
- Hirst, Martin (2011). *News 2.0: Can Journalism Survive the Internet?*. Singapore: Allen & Unwin.
- Köhler, Benedict et alii (2010). *The slow media manifesto*, <http://en.slow-media.net/manifesto> (consultado em 17/09/14).
- Kovach, Bill, Rosenstiel, Tom (2004). *Os Elementos do Jornalismo. O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Martins, Moisés de Lemos (2010). “Prefácio” a *Metajornalismo. Quando o Jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mesquita, Mário (2003). *O Quarto Equívoco*. Coimbra: Minerva.
- Mesquita, Mário (1994). “A Educação para o Jornalismo. Uma perspetiva sobre Portugal”, *INTERCOM. Revista Brasileira de Comunicação*, 17, 2, 75-97.
- Obercom (2010). “Desafios do Jornalismo”, http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo.pdf (consultado em 12/09/ 2014).
- Oliveira, Madalena (2010). *Metajornalismo — Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coimbra: Grácio Editor.
- Patterson, Thomas (2013). *Informing the News. The Need for Knowledge-Based Journalism*. New York: Vintage Books.
- Peixinho, Ana Teresa (2011). *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: FCT/FCG.
- Pinto, Manuel (2008). *Digressão sobre a ‘crise do jornalismo’ - Entre definimento e reinvenção*. Texto da Lição de Síntese apresentada como requisito das Provas de Agregação no ramo de Ciências da Comunicação, área de conhecimento de Sociologia da Informação, na Universidade do Minho (Braga — Portugal). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Sousa, Jorge Pedro (2009). “A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação”, in www.bocc.ubi.pt (consultado em 12/09/2014).
- Stephens, Mitchell (2010). “Un manifeste pour l’enseignement du journalisme”. *Les Cahiers du journalisme*, n.º 21, Automne 2010, 38-44.
- Teixeira, Patrícia Oliveira (2010). *O Ensino do jornalismo em Portugal. Uma história e análise dos planos curriculares*. Porto: Universidade Fernando Pessoa [dissertação de mestrado] https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1681/1/DM_19061.pdf (consultado em 12/09/ 2014).

UNESCO (2010). *Modelo Curricular da UNESCO para o ensino do Jornalismo*. Brasília: Unesco.

Vargas Llosa, Mario (2011). *A Civilização do Espetáculo*. Trad. Cristina Rodrigues, Artur Guedes.

Lisboa: D. Quixote.

Weaver, David et alii (2007). *The American Journalist in the 21st Century — U.S. News people at the daw of new millennium*. New Jersey, London: Lawrence Erlbaum Associates.

Wolton, Dominique (1999). *Pensar a Comunicação*. Lisboa: Difel.